



ST5 – POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

O FENÔMENO DA AGRICULTURA FAMILIAR: IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA E SUCESSÃO GERACIONAL

THE PHENOMENON OF FAMILY FARMING: SOCIOECONOMIC IMPORTANCE AND GENERATIONAL SUCCESSION

Darlan Ariel PROCHNOW¹, Nelson José THESING², Cleiton Jardel CARNEIRO³

Resumo: A pesquisa objetivou analisar o fenômeno da agricultura familiar, tendo, como centralidade, a conquista da categoria agricultura familiar, a importância socioeconômica e a sucessão geracional. Para responder aos desafios do estudo, a pesquisa trilha os caminhos teóricos das produções acadêmicas, a atuação dos movimentos sindicais e das políticas públicas. O estudo empírico contempla entrevistas semiestruturadas, em 40 famílias da agricultura familiar, no município de Coronel Bicaco, no Rio Grande do Sul. Os achados do estudo contemplam três conjuntos de atores na efetivação da categoria agricultura familiar: os trabalhos acadêmicos, as políticas públicas e os movimentos sociais/sindicais. Para além, a pesquisa identificou, em Coronel Bicaco, um ambiente em que há uma estreita ligação entre a propriedade, o trabalho e a família.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Sindicalismo. Políticas Públicas.

Abstract: The research aimed to analyze the phenomenon of family farming, focusing on the conquest of the family farming category, the socioeconomic importance and family succession. In order to respond to the study's challenges, the research follows the theoretical paths of academic production, the performance of union movements, public policies. The empirical study includes semi-structured interviews, in 40 families of family farming, in the municipality of Coronel Bicaco, in Rio Grande do Sul. The study's findings include three sets of actors in the realization of the family farming category: academic works, public policies and social / union movements. In addition, the research identified, in Coronel Bicaco, an environment in which there is a close connection between property, work and family.

Keywords: Family farming. Unionism. Public policy.

INTRODUÇÃO

O movimento pela conquista da categoria agricultura familiar, a manutenção dos agricultores familiares, como atores reconhecidos politicamente, na sociedade brasileira, faz parte das lutas e vitórias recentes, nas últimas décadas. Um processo que pode ser considerado complexo, um fenômeno que se materializou em um modelo de agricultura.

¹ Mestrando em Desenvolvimento Regional - PPGDR/UNIJUÍ. E-mail: darlan_ariel@hotmail.com.

² Membro do Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional na UNIJUÍ. E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br.

³ Mestrando em Desenvolvimento Regional - PPGDR/UNIJUÍ. E-mail: cleitonjardelc@gmail.com.



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Assim, a pesquisa aponta três atores como protagonista, como construtores da categoria agricultura familiar, os debates acadêmicos, ao produzirem luzes sobre as famílias que trabalham, em condições precárias, que enfrenta historicamente enormes desafios para cultivarem a terra no país. O segundo, o Estado, que representa e implementa as ações no campo das políticas públicas, do regramento institucional, para tornar-se uma prática, que possa oficializar pública a categoria agricultura familiar, fortalecendo o primeiro ator, o acadêmico. O terceiro ator, é constituído pelo movimento sindical. Os trabalhadores rurais, os movimentos sociais, enraizados na agropecuária, constituíram por diversas forças políticas, organizaram projetos inovadores, oportunizando um novo ambiente na agricultura familiar no país.

Portanto, o fenômeno da agricultura familiar oportunizou a organização de ambientes favoráveis, como a constituição da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). Essa organização, representa de forma específica o movimento dos agricultores familiares. Na luta inicial, pela conquista da agricultura familiar, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) contribuiu de forma significativa no processo da agricultura familiar, o que permitiu a ocupação de um espaço de organização, mais robusta, em meados dos anos 1990, dando um empoderamento da categoria agricultor familiar.

O sindicalismo, a academia e o Estado, em um movimento, não menos importante e nem menos complexo, apresentam uma reversão das valorações negativas, pela qual era identifica a agricultura familiar, entre eles destacam-se: atrasada, ineficiente e inadequada. Essas qualificações, presentes no mundo simbólica, receberam uma atenção especial, ao apresentar a agricultura familiar, associada aos adjetivos positivos, entre eles: produtora de alimentos, solidária, eficiente, sustentável.

Assim, ao buscar a compreensão do fenômeno, agricultura familiar, pelas luzes dos três atores, sindicalismo, academia e o Estado, na afirmação da categoria agricultura familiar, enquanto processo democrático, não pode ser identificado como efetivação instrumental, uma organização formal dos agricultores, orientada por leis e políticas públicas, mas sim, como um complexo ambiente, um fenômeno onde estão presentes grupos inferiorizados em sua trajetória história, seja, no processo produtivo, na comercialização, na conquista da categoria agricultura familiar, na sua importância socioeconômica.

Para Honneth (2009), a compreensão do ambiente da agricultura familiar, contém em si, vários conflitos sociais, onde se apresentam as carências materiais e políticas. Significa, um espaço onde se pode identificar injustiças sociais, inferioridade social. Assim, a conquista e a afirmação da categoria agricultura familiar, pode ser identificada como um resultado, de um consistente trabalho de efetivação nas políticas públicas, fruto de amplos embates travados em um “campo de forças”, no entender de Bourdieu (2005). Um fenômeno que conta com a presença diversas forças: academia, Estado, do movimento que se candidatam representar os agricultores familiares. Para Thompson (1987) esses atores somaram, contribuíram na rica experiência do seu próprio “fazer-se” como atores políticos do Brasil contemporâneo.

Assim, os caminhos metodológicos buscam a reflexão, de como se efetivou a categoria agricultura familiar, dos atores presente nesse movimento, ao realizar um estudo, com pertinência das



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

produções acadêmicas na agricultura familiar, para além, de uma pesquisa semiestruturada, com 40 famílias de agricultores, no município de Coronel Bicaco, no Rio grande do Sul.

A pesquisa bibliográfica segue as orientações de Gil (2008), para investigar os trabalhos desenvolvidas na agricultura familiar. Significa acessar à uma vasta série de pesquisas científicas do fenômeno da agricultura familiar, para entender os resultados da pesquisa de campo, que contempla as transformações socioeconômicas e assumem aspectos que fogem às estratégias quantitativas e que, conforme argumenta Triviños (1995, p.120), “muitas informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao simples dado objetivo”, o que desafia a pesquisa de campo nas famílias de agricultores familiares.

Quanto aos números de entrevista (40), de acordo com Triviños (1995, p.132) “a pesquisa qualitativa [...] pode usar recursos aleatórios para fixar a amostra. Isto é, procura uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, preocupação dela a quantificação da amostragem”.

Para Gondim (2002, p. 155), “um bom roteiro é aquele que não só permite um aprofundamento progressivo (técnica do funil), mas também a fluidez da discussão sem que o moderador precise intervir muitas vezes” que poderá ser facilitado pela entrevista semiestruturada. Já para Pereira (2004, p.06) [...] as ações dos sujeitos dentro da uma estrutura que sustenta as mudanças de comportamentos, ou repensar seus significados [...] tornou-se imprescindível para a análise, que relacionou a ação do sujeito à estrutura societária”. Significa, a forma como os sujeitos responderam a determinadas conjunturas, que neste estudo, contempla a agricultura, com entrevistas semiestruturadas em 40 famílias em Coronel Bicaco.

A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura de natureza familiar, durante longos da história brasileira, era vista pelo Estado e pelos grandes produtores, como um ambiente de pouca importância. Esse processo era fortalecido pelo mercado internacional, pela exportação de produtos agrícolas, deixando uma função secundária, para a agricultura familiar, a de servir como um espaço de reserva, para a manutenção dos agricultores e de seus familiares, como uma força de trabalho no campo.

Para Nogueira e Urcola (2013), os últimos censos agropecuários, indicam que a agricultura familiar representa 84,4% das propriedades agrícolas no país e ocupam 24,3% da superfície total do Brasil, tendo uma média, por estabelecimento de 18 hectares. A ocupação, das pequenas propriedades, tem uma relação com o processo de colonização, no século XIX e no início do século XX. O governo de Vargas, no período de 1930-50, deslocou populações para ocuparem terras no Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul. Ainda, nos anos 1960-70 os governos militares deslocaram populações de regiões com tensões sociais para o Mato Grosso, Rondônia e Pará (MEDEIROS, 1995).

Para Queiroz (2009), a agricultura familiar, como categoria rural, era esquecida, o que levava o setor, para uma situação de grande precariedade, deixando muitos agricultores e seus familiares,



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

em uma vida com dificuldades, para a manutenção da sobrevivência e para o cultivo das terras. Mesmo tendo presente essa realidade, bem como a presença marcante dos interesses dos latifundiários, que só ocupavam 3,5 milhões de hectares (27,2% da área brasileira), o que aponta, para as culturas de subsistência 14 milhões de hectares (mais de 70%) um indicativo, que fez a autora apontar a reforma agrária como um instrumento necessário para a transformação social no país

Brumer *et al.* (1993, p. 180) indicam que a base, agricultura familiar “nasceu no Brasil sob o signo da precariedade, precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente, da terra”. Essa precariedade, se apresentou em todo o processo de cultivo na agricultura familiar, gerando uma enorme pobreza. Para Mota e Zarth (2008, p.9-10) a visão da sociedade, dos atores na agricultura familiar, era vista como [...]colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril”.

No entanto, a agricultura de natureza familiar, se manteve persistente, possibilitou alternativas, entre caminhos da subsistência e desistência. Para Wanderley (1996), tendo presente a instabilidade, fruto de anos bons e secos, dos efeitos do esgotamento do solo nas colônias do Sul, a constituição da categoria da agricultura familiar, se apresentou como um movimento socioeconômico e político, contrários aos interesses dos grandes proprietários e de suas organizações.

Os ensinamentos de Gramsci (2002), indicam que as classes ou grupos subalternos, passam por dificuldades, por não terem uma organização robusta que possa defender suas lutas. Essa condição deve-se em função de serem dominados política e culturalmente, pelos latifundiários e pelo Estado, que orientam os mecanismos de repressão.

Assim, essa falta de autonomia, sem uma organização, desafia o processo para ultrapassar o estágio do isolamento da agricultura familiar. Esse olhar apresentou o setor como subalterno por longos anos. Assim, para auxiliar na compreensão, do porquê somente em meados do século XX, a agricultura familiar, passou a conquistar os movimentos sociais de representação política autônoma. Para Medeiros (2001), esse movimento se materializou no seio das ligas camponesas, no sindicalismo, no movimento dos sem-terra, nos sindicatos dos trabalhadores, nas cooperativas dos pequenos agricultores, entre outras formas, de organização política da sociedade civil.

No mundo acadêmico, os trabalhos seguiam as orientações teóricas, de cunho negativo para entender a agricultura familiar. A maioria das produções eram elaboradas, por orientações marxistas, especialmente baseadas em Lênin e Kautsky. Essas fundamentações eram alimentadas na lógica do desaparecimento dos agricultores familiares.

Para Wanderley (2009, p. 185) “os olhares convergiam, em grande parte, para a constituição, no setor agrícola, de uma estrutura empresarial e para a emergência de um proletariado gerado por um mercado de trabalho específico ou unificado”. Graziano da Silva (1978) em suas produções científicas indicava a pequena produção, da agricultura familiar, teria espaço no desenvolvimento



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

capitalista, um recorte inovador, em um período, onde a maioria das produções pontavam à extinção da agricultura familiar.

Nos anos de 1980, mais precisamente em 1990, as produções científicas conquistam um novo olhar para com a agricultura familiar, superam os ensinamentos de um setor precário e inferior, ao mostrar a importância socioeconômica, novas formas de produzir na agricultura familiar, especialmente ao ter presente, a segurança alimentar no país.

Kageyama e Bergamasco (1989), apontam em seus estudos a presença da enorme heterogeneidade nas unidades familiares. Registram que a agricultura familiar representa ao redor 71% das propriedades agrícolas, correspondente a 42,3% da área total, 74% do pessoal nas atividades na agricultura.

Veiga (1991) e Abramovay (1998) ambos destacam a agricultura familiar, como um setor extremamente importante. Buscam novos horizontes em países mais desenvolvidos e assim associam-se ao movimento que busca novas formas de atuação na agricultura familiar, tendo como base a organização do trabalho, a propriedade e a família. Significa, um novo olhar, frente as produções de Kautsky e Lenin, para esses dois autores o capitalismo no campo terminaria com as explorações familiares. No entanto, Chayanov apresenta outra linha de raciocínio, de que, a agricultura camponesa poderia resistir ao capitalismo, convivendo com essa forma de produção.

Portanto, as novas concepções da agricultura familiar, indicam novos caminhos de organização, ao apontar a empresa familiar, como uma estratégia de desenvolvimento, especialmente nos campos social, econômico e ambiental, ao construir um ambiente mais democrático, ao ser comparado a agricultura patronal. Assim, a agricultora familiar, para além de receber novas configurações acadêmicas, recebe uma atenção nas políticas pública, por parte do Estado, no seu processo produtivo, com inovações tecnológicas

CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR

Estudos acadêmicos, contribuições de órgãos do Estado, movimento sociais e sindicais, bem como organizações internacionais, contribuíram na conquista e na afirmação da categoria agricultura familiar no Brasil. Um setor, segundo FAO/ INCRA (1994) apresenta como características pontuais, uma relação íntima, uma cooperação entre as forças de trabalho (agricultores e familiares) com a gestão da propriedade, com o processo produtivo, ao buscar novas matrizes produtivas, seja, na produção de grãos, leite, suínos, aves, peixes, hortifrutigranjeiros.

Assim, a denominação agricultura familiar, um termo usado para caracterizar uma forma de organização do trabalho agrícola pautado na família. Esse movimento conquistou seu espaço nos anos 1990. Dois estudiosos, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, com “O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica! (1991) e “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” (1998b).

Portanto, as pesquisas e publicações acadêmicas passam a ser profundas contribuições no processo da conquista e afirmação da agricultura familiar. Certamente esses avanços tiveram influências da agricultura familiar praticada em países capitalistas mais desenvolvidos. Para além, das



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

contribuições acadêmicas, a presença das políticas públicas contribuía na organização dos espaços para agricultura familiar. Entre as ações do Estado, pode-se destacar: pesquisa, assistência técnica, infraestruturas de comercialização, subsídios econômicos. Esse processo em países desenvolvidos tornou as unidades familiares, estabelecimentos viáveis e eficientes.

Para Romano (1996), as contribuições acadêmicas e as políticas públicas foram importantes na conquista e na afirmação da agricultura familiar, mas, o movimento protagonizado pelo sindicalismo dos trabalhadores rurais, no Brasil, fortaleceu a categoria. O movimento oportunizou o despertar de novas lideranças, que protagonizaram grandes mobilizações, na busca de melhores condições de produção, ao apontarem novos instrumentos da política agrícola, para os agricultores familiares.

Assim, tem-se presente que a conquista, a afirmação da categoria agricultura familiar, apresenta uma rica experiência, onde os agricultores e familiares, são os atores políticos, construíram sua identidade, se fizeram presente na construção de seu próprio projeto. Para Picolotto (2011) essa conquista, foi fortalecida, com as contribuições acadêmicas, que em alguns momentos, estabeleceram uma colaboração estreita, ora conflituosa com setores do Estado.

Para Novaes (1997) e Favareto (2006), se por um lado o movimento sindical contribuiu na caminhada da consolidação da categoria agricultura familiar, por outro, a marca da categoria agricultura familiar, fortaleceu as próprias bandeiras do movimento sindical. Entre as grandes mobilizações, está Gritos da Terra Brasil, um movimento robusto, de alcance nacional, tendo como objetivo, as políticas públicas para a agricultura familiar, que mais tarde se efetivou no Pronaf, em 1995.

O movimento sindical, em colaboração com as produções acadêmicas, elaborou um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), oficialmente apresentado no VII Congresso em 1998, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Esse projeto aponta novos mecanismos de organização e cooperação no campo da produção, na área das políticas agrícolas, incluindo processo de formação e educação profissional, previdência, assistência social, pesquisa e assistência técnica, entre outras (CONTAG, 1998).

Portanto, o movimento sindical, conquistou um comportamento propositivo, com protagonismo no campo das reivindicações, um novo olhar que fortaleceu a categoria agricultura familiar. Esse movimento sindical conquistou gradativamente um espaço nas políticas públicas. Assim, o sindicalismo despertou novas várias organizações, entre eles, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em 1996, bem como a Via Campesina. Para Fernandes (2012) esses movimentos sindicais na agricultura familiar, oportunizaram um novo ambiente, favorável para a implementação de um projeto de integração com os mercados agroindústrias.

Para Picolotto (2014) a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) passou a ser um movimento sindical, identificado com a conquista e afirmação da agricultora familiar. Um movimento autônomo, distanciando-se do movimento sindical da Contag. Assim, se o movimento sindical, apontou novas matrizes produtivas, bem como, oportunizou novos espaços para organizações sindicais. Porém, cada movimento, busca de sua maneira, seu espaço de



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

mobilização e de conquistas na agricultura familiar. Esses movimentos auxiliaram, anos de 1995 a 1998, na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para atender a agricultura familiar e a reforma agrária. Já o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) passa a responder a agricultura empresarial, o chamado agronegócio.

Fruto dos movimentos sindicais, presente na agricultura familiar, das produções acadêmicas e das políticas do Estado, oportunizou a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) pelo Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996; Resolução 2310, de 29 de agosto de 1996. Esse processo apontou a necessidade da presença do Estado, em políticas de intervenção, que constitui a agricultura familiar, como um segmento de cunho social e econômico. Assim, a agricultura familiar, passa a ser um projeto político de constituição de uma categoria socioeconômica.

De acordo com Luna e Klein (2019) no mesmo ano da criação do Pronaf, o governo autorizou ainda a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com intuito de financiar pequenos e médios produtores. Essas medidas de apoio aos pequenos produtores vieram ao encontro das demandas oriundas de movimentos sociais e políticos, movimentos que continuam lutando pela reforma agrária, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para além do Pronaf, outros instrumentos, fazem parte da conquista e manutenção da agricultura familiar. O Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), importante em função das condições climáticas. Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), em função da oscilação dos preços praticados pelo mercado. Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar. Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Luz para Todos. Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR).

Para Sabourin (2014) a conquista de um campo amplo de políticas públicas, assumidas pelo Estado, bem como, da organização da sociedade civil, contribuíram no processo de gestão dos conflitos sociais. Essa interação preservou, uma certa autonomia da agricultura familiar, segundo Offe (1989) e Goldin (2013). Portanto, essa caminhada conquistou o reconhecimento da categoria agricultura familiar, de suas organizações de representação, os movimentos sindicais. Ainda, fortaleceu novos processos produtivos, a conquista de uma vida mais digna, um desenvolvimento dos territórios rurais.

Portanto, a conquista e afirmação da agricultura familiar, pode ser vista também pela criação da Lei da 11.326, em 2006, que define de forma oficial a agricultura familiar como categoria profissional. Um processo que fortaleceu a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

No entender de Leonard *et al.*, (2017), a agricultura familiar apresenta a questão sucessória, que aponta desafios, que não só afetam as dimensões familiares, mas também o setor como um todo,



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

de forma pontual, a transferência intergeracional, entendida como fundamental para a sustentabilidade e desenvolvimento da agricultura.

Já nas concepções de Redin (2015), para além da sucessão, merece atenção especial a reprodução social, que é um processo formado, por um número significativo de práticas, de forma planejada ou não, por um grupo ou sociedade que visa reproduzir sua própria estrutura, um processo amplo vinculado a reprodução cultural, ao *habitus* e às estratégias, que devem ser pensadas, como um todo, na afirmação da agricultura familiar.

Para Kischener, Kyota e Perondi (2014), o processo de sucessão familiar na agricultura familiar, no Brasil, até 1970, caracterizava-se pela tradição cultural, que priorizava o acesso à sucessão ao filho mais velho, ou ao mais novo. Significa, que parte da família, não tinha espaço no processo, especialmente as filhas. Portanto, o ofício de agricultor, era passado de pai para filho, de forma natural.

Portanto, com o passar dos anos, com a modernização da agricultura, com a integração rural-urbana e industrial-agrícola, de diferentes valores e sociabilidades, o Brasil, dá início a uma nova fase no espaço rural, marcado por dificuldades para garantir a sucessão familiar. Para Redin (2015) a sucessão família rural é um campo de conflitos, mesmo marcado por regras e normas, tem dificuldade de encaminhá-la de forma democrática.

Assim, vários fatores estão presentes na escolha do sucessor, na propriedade agrícola, na agricultura familiar, entre eles: gosto pelo trabalho, dedicação, ausência de conflitos. Porém, com a redução da família e menor interesse dos filhos em candidatar-se à sucessão tem dificultado esse processo. Para Suess-Reyes e Fuetsch (2016) a sucessão familiar, está diretamente relacionado com o apego da próxima geração aos negócios familiares, bem como sua intenção em prosseguir com o patrimônio familiar no futuro.

Já para Fischer e Burton (2014) a sucessão familiar é um processo que deve iniciar na infância, ao desenvolver uma relação de compromisso, entre o provável sucessor, bem como gostar do meio agrícola. Assim, a sucessão não é uma questão de escolha, em um determinado ponto crítico no ciclo de vida familiar, mas sim, um processo de longo prazo de desenvolvimento e preparação do filho para assumir como o sucessor na atividade paterna.

No entanto, parece que interpretar e conceituar o processo que contempla a juventude, torna-se um trabalho de grande complexidade e que exige profundo conhecimento. Para Bourdieu (1983, p.113)), não se pode falar dos jovens como se fossem “uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns” e que qualquer relação entre interesses e idade cronológica constitui manipulação. Ainda, para o autor, não é permitido nada menos, do que falar em juventudes, pois existem grandes diferenças entre condições de vida, renda familiar, acesso a mercado.

Porém, buscar a compreensão da sucessão familiar, da realidade da juventude, na agricultura familiar, significa entender de como se dá a ocupação do espaço rural e urbano. Para Abramovay (1998), as fronteiras entre o rural e o urbano estão muito diluídas e vários fatores diminuíram a



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

distância entre essas realidades. Martins (2007) destaca, que esse processo, entre os dois mundos, rural e urbano, gera um espaço, onde os jovens não estão excluídos, tão pouco incluídos.

Deste modo, buscar o significado da permanência no ambiente rural, desafia a compreensão dos laços de comunidade. As dimensões simbólicas, o despertar de um clima de esperança, uma percepção positiva da agricultura, são fundamentais, para superar o estigma construído de uma suposta inferioridade em relação ao urbano. Esse processo tem contribuído para que os jovens rurais projetem a cidade como uma referência de melhores condições de vida, expressão dos seus desejos de independência (BOURDIEU, 2000).

Assim, a valorização das atividades agrícolas, o meio rural, necessita apresentar estímulos em várias dimensões. A descentralização da figura paterna, apontando para caminhos de autonomia dos filhos, a valorização das filhas, o acesso à renda mensal. Para além dessas dinâmicas, é fundamental a redução das atividades profissionais penosas, o que aponta para um processo de modernização/automação das atividades agropecuárias.

AGRICULTURA FAMILIAR EM CORONEL BICACO/RS: CENÁRIO ATUAL E PERSPECTIVAS

No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar, para Schneider e Niederle (2008) se consolida na década de 1990. Spanevello (2008) afirma que a conquista, com maior efetividade se dá com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. Esse processo conta com participação, forte pressão política, dos sindicatos dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais do campo.

Registra-se, que na pesquisa realizada nas 40 famílias em Coronel Bicaco, não ficou evidenciado a participação dos Sindicatos ou os movimentos sociais, com características, marcante de luta. Maduro (1990), aponta é extremamente desafiador, apontar um quadro com verdadeiras dimensões do sindicalismo de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul, os sindicatos são constituídos de distintas correntes políticas (Ligas Camponesas, Movimentos de Sem Terra, Igreja, partidos políticos, políticas públicas, academia) que levaram os sindicatos a se formarem com diversas características ao longo da história.

Para Frantz (2017) na região existem registros de movimentos políticos, especialmente, no movimento cooperativo onde o conflito se localiza, no processo de apropriação dos resultados da produção, por parte dos associados, diante das forças do mercado.

Tem-se presente a diversidade na agricultura familiar, especialmente ao dialogar com as quarenta (40) famílias entrevistadas no município de Coronel Bicaco, que de acordo com Triviños (1995) é uma amostra, uma espécie de representatividade do grupo maior, de 753 propriedades, de um total 7.748 habitantes do município. Sua emancipação ocorreu pela lei 4.649 em 18 de dezembro de 1963, sendo oficialmente instalado em 14 abril de 1964.

A base da economia do município de Coronel Bicaco é a agricultura e a pecuária. Fabricação de produtos alimentícios, destacando-se o abate e a fabricação de produtos de carne e laticínios. A



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

pesquisa identificou uma preocupação com o crescimento da indústria para criar oportunidades nas atividades primárias, da agroindústria, em especial da agricultura familiar, na qual está engajado o maior contingente de habitantes do meio rural. O comércio necessita conquistar maior autonomia, atualmente apresenta sua dependência com os municípios vizinhos de Santo Augusto, Três Passos, Ijuí e Palmeira das Missões.

Na Região Celeira⁴, onde o município faz parte, atuam a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em Três Passos, Instituto Federal Farroupilha, Santo Augusto. Essas instituições oferecem cursos superiores e técnicos voltados para as potencialidades municipais e regionais. Ainda, o município integra o Arranjo Produtivo Local (APL) que conta com o Plano de Desenvolvimento da Agroindústria.

A pesquisa realizada nas quarenta (40), em Coronel Bicaco apontou a existência de uma estreita ligação entre a terra, o trabalho e a família, que consolida a concepção da agricultura familiar. Para Fritzen & Fritzen (2006), a agricultura familiar é um modelo de produção, um estilo de vida. Mas esse modelo, pela pesquisa, aponta desafios: capital de giro, recursos para investimento, escala de produção, novas tecnologias, assistência técnica.

A pesquisa também registra que, das 39 das 40 famílias acenaram com a possibilidade de contarem com a sucessão familiar, darem continuidade nas atividades; oito (8) das 40 famílias entrevistadas alegam, mesmo com a pretensão de manterem a sucessão familiar, indicam possibilidade em abandonar a atividade rural pelas dificuldade de acesso ao crédito, a ausência da assistência técnica, problemas na gestão da propriedade, problemas no escoamento da produção, reduções bruscas nos preços dos produtos (principalmente na produção de leite).

Um conjunto de desafios foram apontados na pesquisa de campo, nas 40 famílias, mas a que esteve presente em todas as manifestações reside nos preços pagos aos produtos, principalmente do leite. Essa realidade, segundo os agricultores, boa parte das produções, ao ser comercializa, apenas cobre os custos. Ainda, nessa linha de pensamento destacaram as enormes dificuldades das vias de escoamento de produção.

Praticamente presente em todas as entrevistas, a desmotivação dos jovens, com pouca vontade em permanecer nas atividades agrícolas, o que indica outra interpretação, se a maioria das famílias apontaram a possibilidade da sucessão na propriedade, contradiz a permanência dos jovens na propriedade. Entende-se que presente nesta contradição a geração de renda, uma situação preocupante na agricultura familiar, muitos agricultores não conseguem visualizar situações produtivas rentáveis, o que incentiva os filhos a estudarem e procurarem melhores condições nas cidades.

Nogueira e Urcola (2013) indicam várias realidades presente na agricultura familiar no Brasil, seja nos sistemas de produção, na gestão da propriedade, o acesso ao crédito, o acesso em boas vias de

⁴ Municípios que integram a Região Celeira: Barra do Guarita Bom Progresso Braga Campo Novo Chiapetta Coronel Bicaco Crissiumal Derrubadas Esperança do Sul Humaitá Inhacorá Miraguá Redentora Santo Augusto São Martinho São Valério do Sul Sede Nova Tenente Portela Tiradentes do Sul Três Passos Vista Gaúcha.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

escoamento. De certa forma, pesquisadores, os atores públicos, os sindicatos e movimentos sociais indicam realidades diferentes em cada região do país. Schneider e Niederle (2008), destacam as produções científicas, que se materializaram em livros, artigos e pesquisas fortalecendo o desenvolvimento rural. No entanto, o fenômeno da agricultura familiar, apresenta vários conflitos sociais, entre elas, as carências materiais, tecnológicas, políticas, se fizeram presentes na pesquisa das 40 famílias entrevistadas em Coronel Bicaco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção e a consolidação da categoria agricultura familiar, a sua importância socioeconômica, o fazer-criar de uma formação e organização desejada, pelos cientistas sociais, sindicatos, movimento sociais, políticas públicas, conquistaram o caráter político da categoria, um reconhecimento, presente nas políticas e nas famílias de trabalhadores rurais, tendo sua centralidade no trabalho de base familiar. Esta é a condição que indica uma distinção em relação aos produtores rurais, que são gestores de fatores de produção, cuja exploração se assenta no trabalho assalariado.

Os grandes avanços na conquista e na afirmação da agricultura familiar, tiveram a contribuição do convênio FAO/Incrá ao apontar uma nova forma de organização do setor, pela efetivação das políticas públicas, pelas mobilizações dos movimentos sindicais, pela elaboração da Lei Agrícola, pelo Projeto Alternativo de Desenvolvimento, que conquistou um conjunto de ações no processo de desenvolvimento rural.

Assim, os agricultores familiares, passam a serem produtores de alimentos para a sociedade brasileira, ao buscarem novos mercados de alimentos, gera um ambiente de contradições nas organizações sindicais. A Via Campesina (especialmente MST e MPA), buscam alternativas para que os agricultores, possam ter maior autonomia, bem como estabelecem um enfrentamento os latifundiários, os atores do agronegócio, que habitam um campo oposto, o da agricultura familiar.

Aos pesquisadores são lançados novos campos de pesquisa, entre eles, a sucessão geracional, em busca de subsídios para o enfrentamento dessa problemática na agricultura brasileira. Estimular novas pesquisas, nestas mesmas comunidades, considerando-se os jovens ou outros fatores que possam contribuir para dar “luz” à complexa problemática da sucessão geracional e do futuro da agricultura de porte familiar, por extensão.

Na primeira dimensão, sobre a identidade, compreendeu-se que o jovem estabelece seu território em um espaço diferenciado. Hoje, o rural se confunde e difunde sua realidade com a cidade. Essa evolução não significa que o rural está se urbanizando, mas que as pessoas, os jovens no caso pesquisado, buscam novas relações para atender necessidades específicas da vida.

Nessa dinâmica o jovem gera sua territorialidade que lhe permite ser rural e, ao mesmo tempo, se beneficiar das vantagens do meio urbano. O que liga o jovem ao rural e a família, o que o atrai e o ritmo de vida. Mas a pesquisa identificou que nas famílias pesquisadas em Coronel Bicaco, pela ausência do conforto econômico, os jovens possuíam maior probabilidade de sair da propriedade.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

No entanto, a pesquisa identificou famílias com resultados positivos, com elevação no volume de produção, ao contar com incrementos tecnológicos, uma gestão qualificada, acesso aos mercados, o que auxilia na sucessão rural familiar. Significa a transmissão de conhecimento intergeracional, pais para os filhos, a reformulação da atividade produtiva, a agregação de valor em suas atividades. Esse processo passa a ser uma temática, para as entidades de apoio à agricultura familiar, na busca da tecnificação e automações das produções, na agregação de valor, para viabilizar a agricultura familiar.

Assim, o fortalecimento da agricultura familiar pode efetivamente constituir-se numa das principais estratégias de efetivação de uma política de segurança alimentar no Brasil, possibilitando tanto o incremento da produção agrícola nacional, como também a reprodução social e econômica, de um contingente significativo de trabalhadores rurais que, mesmo enfrentando algumas adversidades no campo, ainda resistem ao processo atrativo exercido pelos centros urbanos, permanecendo no campo e cultivando produtos para produção de alimentos.

Conhecendo e considerando os limites impostos às pesquisas dessa natureza, afirma-se que a “caminhada” empregada nesse trabalho está longe de esgotar as possibilidades de estudos sobre o tema. Ao contrário espera-se que através deste, novos objetos de estudo sejam despertados e realizados, conforme passa tempo e ocorrem mudanças na realidade empírica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. Campinas: Hucitec, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998a.

ABRAMOVAY, R. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Brasília: NEAD, 2001.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. Reprodução Proibida: A dimensão simbólica da dominação econômica. In: **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas/São Paulo: Papyrus, 2000.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRUMER, A. *et al.* A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R., COSTA, L. F. C. (Orgs.). **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1999.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. 444f. Tese (Doutorado) - UFRJ/PPGAS/ Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2005.

CONTAG. **Anais do I Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores Rurais**. 1994.

CONTAG. **7º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura**. Brasília: Contag, abr. 1998.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 1994 (Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036).

FAVARETO, A. S. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, out. 2006.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu/Fapesp, 2007.

FERNANDES, B. M. Disputas territoriales entre el campesinado y la agroindustria en Brasil. **Cuadernos del CENDES**, a. 29, n. 81, 2012.

FISCHER, H.; BURTON, R. J. F. Understanding Farm Succession as Socially Constructed Endogenous Cycles. **Sociologia Ruralis**, v. 54, n. 4, p. 417-438, 2014.

FRANTZ, W; SCHONARDIE, P. A.; SCHNEIDER, J. O. **As práticas do movimento cooperativo com lugares de educação**. 2017. Disponível em: <https://revistas.uam.es/didacticasespecificas/article/view/7496/8359>. Acesso em: 11 jul. 2020.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

FRITZEN, M. R. C.; FRITZEM, S. J. Sucessão na Agricultura Familiar: afinal, o que é sucessão rural? **Revista da Juventude Rural**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p.12-13, 2006.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Revista Paideia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-162, 2002.

GOLDIN, A. Corporativismo, neocorporativismo y libertad sindical. **Derecho Laboral**. v. LV, n. 247, 2013. Outubro, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (v. 5).

GRAZIANO da S., J. (coord.) **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 2017.

KAGEYAMA, Â. e BERGAMASCO, S. M. P. **Novos dados sobre a produção familiar no campo**. XXVII Congresso da SOBER. Piracicaba, 1989.

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Quem vai ficar na agricultura? A sucessão do ponto de vista dos pais: uma proposta de reflexão. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, X, 2014, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Foz do Iguaçu, Parque Nacional da Itaipu, 2014.

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 33, 2015.

LEONARD, B.; KINSELLA, A.; O'DONOGHUE, C.; FARRELL, M.; MAHON, M. Policy drivers of farm succession and inheritance. **Land Use Policy**, v. 61, p. 147–159, 2017.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Transformações da agricultura brasileira desde 1950. **História Econômica & História de Empresas**, v. 22 n. 2, p. 277-307, 2019.

MADURO, A. M. R. **A prática sindical da FETAG**. Porto Alegre: UFRGS 1990.

MARTINS, S. A. Juventude e juventude do campo: algumas considerações. **Revista Faz Ciência**, v. 9, n. 9, p. 237-256, 2007.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UNICAMP, Campinas, 1995.

MEDEIROS, L. S. Sem-terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (org.). **¿Una nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MOTTA, M.; ZARTH, P. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

NOGUEIRA, María Elena; URCOLA, Marcos Andrés. A hierarquização da agricultura familiar nas políticas de desenvolvimento rural na Argentina e no Brasil. **Revista IDEAS**, v. 7, n. 2, p. 96-137, 2013.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

NOVAES, R. R. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997.

OFFE, C. Atribuição de *status* público aos grupos de interesse. In: OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasilienses, 1989.

PEREIRA, J. L. G. **Juventude rural**: para além das fronteiras entre o campo e a cidade. 2004. 179 f. Tese de Doutorado em Antropologia Social – Sociedade e agricultura. Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2011.

PICOLOTTO, E. L. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, v. 16, n. 35, 2014.

QUEIROZ, M. I. P. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, C. *et al.* (org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

REDIN, E. **Família rural e produção de tabaco**: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS. 305 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

ROMANO, J. O. Atores e processos sociais agrários no MERCOSUL. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 6, jul. 1996.

SABOURIN, E. **Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil**. Seminário Nacional Agricultura Familiar Brasileira: desafios atuais e perspectivas de Futuro. Brasília, 2014.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais, 2008, Planaltina, DF. Embrapa Cerrados, **Anais**.

SUESS-REYES, J.; FUETSCH, E. The future of family farming: A literature review on innovative, sustainable and succession-oriented strategies. **Journal of Rural Studies**, v. 47, p. 117-140, 2016.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Ed. Atlas. 1995. 159 p.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Hucitec, 1991.

VEIGA, J. E. da; ABRAMOVAY, R. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica!** 1991.

VEIGA, J. E. da; ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** 1998b.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. **Juventude Rural e perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.



OBSERVADR

